

Realidade, razão e narrativa

“Porque o único sentido oculto das cousas
É elas não terem sentido oculto nenhum,
É mais estranho do que todas as estranhezas
E do que os sonhos de todos os poetas
E os pensamentos de todos os filósofos,
Que as cousas sejam realmente o que parecem ser
E não haja nada que compreender

Sim, eis o que os meus sentidos aprenderam sozinhos: -
As cousas não têm significação: têm existência.
As cousas são o único sentido oculto das cousas.”
[F. Pessoa, O Guardador de Rebanhos]

A realidade é uma construção? Pertinente para alguns, tal pergunta, para outros, assume a condição de absurdo. Como pode ser construída se está aí para quem quiser dar conta dela, tomando-a através dos sentidos? Uma árvore - vegetal lenhoso de porte muito variável, que apresenta um caule principal ereto e indiviso, o tronco, e que emite ramificações a uma altura também variável, sempre distantes do solo e formadoras da copa¹ - constitui-se independentemente de um olhar particular, de denominações ou de categorizações, a única exigência para que seja parte do mundo real é que possamos constatar sua existência material. Para isso, a natureza nos equipou com os sentidos: visão, tato, olfato, audição e paladar. Na verdade, a realidade bruta se impõe a nós, existindo simplesmente, sem necessitar do nosso aval e muito menos da nossa constatação.

As coisas, em seus estados manifestos, constituem, para Ortega y Gasset (1966), o “mundo patente”. Tal mundo superficial não necessita mais do que a ação dos sentidos para ser apreendido, ação quase involuntária, já que as impressões se oferecem tão generosamente, que é praticamente impossível ignorá-las: somos seus sujeitos passivos. Mas, essa realidade autônoma, que chega aos nossos sentidos e com a qual não interagimos é, paradoxalmente, impossível de se admitir. No exato momento em que nossos sentidos experimentam, nossos pensamentos estão organizando essa experiência e construindo uma realidade paralela, uma realidade mental correspondente à realidade percebida: “um transmundo constituído por estruturas de impressões, que, se é latente com relação ao primeiro, não é por isso, menos real. Para que este mundo superior exista perante nós,

¹ Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

necessitamos abrir mais que os olhos, exercer atos de maior esforço; mas a medida deste esforço não tira nem lhe acrescenta realidade” (idem, p.74).

Superficialidade e profundidade são características complementares da realidade, admiti-la, exclusivamente, em um ou outro nível é impossível: o profundo só existe sob a superfície, se vier à tona deixa de ser profundo. A superfície, por sua vez, oculta o profundo dando-lhe tal qualidade. Como lidar com tal situação? Dando à superfície a possibilidade de ser dilatada em profundidade, ato de perspectiva que preserva sua essência e que Ortega chama de *escorço*: “O *escorço* é o órgão da profundidade visual; caso limite em que a simples visão funde-se num ato puramente intelectual” (idem, p.77).

Se quisermos ir além do nível superficial de um objeto, precisamos nos empenhar, uma vez que a visão, por si só, não é suficiente para revelar a dimensão interior deste, apreender tal dimensão exige o exercício de projetar, de lançar-se no mundo das idéias, já que a superfície apresenta apenas indícios da interioridade invisível e intangível. Como bem aponta Ortega, no processo de apreensão da realidade não imediata, é necessário que haja um sujeito desejante. O conhecimento de um objeto depende da vontade de alguém, depende que alguém concentre sua atenção no sentido de compreendê-lo, de revelar sua verdadeira natureza. O autor propõe uma fusão do objeto com o sujeito conhecedor - um ato de amor - segundo ele, que além de permitir que se estabeleça uma ligação estrutural entre ambos, permite também que tal sujeito se conecte indiretamente a tudo que se refere ao objeto em questão, ampliando tal estrutura. Assim, a atividade do amor é levar à plena compreensão das coisas e, como cada um tem uma forma peculiar de amar, podemos dizer que, em seu âmago, essa proposta concede um valor especial à personalidade como via única de acesso aos significados.

Se concordarmos que a realidade é uma construção, podemos especular sobre o papel da linguagem nesse processo. Todos sabemos que tal papel é crucial, pois nossos pensamentos, quando assumem uma condição mais organizada, configuram-se como um discurso interior. Além disso, seria apropriado ampliar nosso cenário considerando não somente a ação do sujeito sobre o mundo físico, perspectiva demasiadamente solitária, mas também as relações interpessoais, que possibilitam a comunicação do sentido das experiências vividas.

Para Bruner (1997), a realidade pode ser construída de formas diversas que estão subordinadas a dois tipos de funcionamento cognitivo: podemos estruturar nossa experiência através da argumentação lógica ou através das narrativas. Tais modos de pensamento são complementares; o primeiro nos leva à construção do conhecimento referente ao mundo físico, enquanto o segundo nos dá acesso ao mundo da intersubjetividade, da negociação dos significados. Constatação análoga aparece na análise da impregnação entre a Matemática e a Língua Materna, realizada por Machado (1991, p. 83), uma vez que podemos associar a Matemática à argumentação lógica e a criação de histórias à Língua Materna: ... “do ponto de vista epistemológico a Matemática e a Língua Materna representam elementos fundamentais e complementares, que constituem condição de possibilidade

do conhecimento, em qualquer setor, mas que não podem ser plenamente compreendidos quando considerados de maneira isolada.” O autor afirma que ambos são sistemas de representação da realidade sem os quais não poderíamos, sequer, constituir-nos a nós mesmos.

Bruner chama de modo paradigmático ou lógico-científico, o modo de pensamento que utilizamos para descrever e explicar o mundo físico. Por meio dele podemos estabelecer proposições gerais, comprováveis através de testes empíricos ou através de deduções formais. A linguagem utilizada tem que satisfazer as necessidades de consistência e coerência exigidas pela Ciência. O mundo construído por ela é um mundo que não se deixa alterar em função dos estados intencionais, dos sentimentos das pessoas. Porém, sabemos que a Ciência necessita da elaboração de hipóteses para dar continuidade ao movimento de abertura e fechamento do sistema que representa o mundo e, quem cria hipóteses são as pessoas, na plenitude de sua condição humana, movidas por suas paixões, contradições, dilemas, desejos, e tudo o mais que possa habitar o espírito.

Duas histórias podem ilustrar o que queremos dizer, a primeira é sobre a gravitação universal: afinal, onde Kepler buscou inspiração para tal idéia? De acordo com Bronowski (1997), Kepler era um homem muito místico, tendo sido influenciado por Nicolau de Cusa que, por sua vez, foi influenciado por um certo padre impostor do século V, que se denominava Dionísio, o Areopagita. A hipótese de Dionísio era a seguinte: “O amor de Deus é universal; ele inspira toda a natureza e, por conseguinte, inspira cada pedaço de matéria. E assim sendo, não só o amor de Deus pode atrair cada pedaço de matéria para ele, mas todo pedaço de matéria deve ser atraído para outro pedaço” (p. 40).

O outro exemplo é relatado por Bruner (2001, p. 121), a partir de uma conversa na qual Niels Bohr conta como lhe ocorreu a solução de um aparente paradoxo envolvendo duas teorias quânticas: a corpuscular de Heisenberg e a ondulatória de Schrödinger. Bohr estava passando por dificuldades com o filho que, arrependido, havia confessado o roubo de um bibelô num armário próximo a sua casa. O que realmente o incomodava era o fato de que não conseguia julgar o filho, pois qual seria a atitude correta, perdoá-lo, pelo seu arrependimento ou puni-lo por seu ato? Ele se sentia incapaz de olhar a questão levando em conta, simultaneamente, os dois aspectos, o do amor e o da justiça. Foi então que lhe ocorreu que a mente pode comportar-se, em alguns momentos, como ilustrações figura-fundo em que se pode ver um ou outro, mas não os dois ao mesmo tempo. Um estalo cognitivo sobreveio e ele vislumbrou uma solução para o problema no qual estava trabalhando, enunciando o princípio da Complementaridade, segundo o qual a descrição das partículas elementares como onda e corpúsculo é a tradução de uma realidade quântica, não se pode abrir mão de uma ou de outra porque ambas são complementares.

Podemos perceber claramente que no cerne das hipóteses levantadas estavam respectivamente, a fé e um dilema moral e, portanto, estava atuando outro tipo de pensamento, o chamado modo narrativo que, ao contrário do modo paradigmático, provê a experiência de um significado particular, pois ela adquire uma localização no tempo e no espaço psicológico da pessoa.

Mas de onde vem a força das histórias, porque somos cativados por elas, que transformações elas operam em nossas mentes a partir de seus textos, por que vivemos algumas delas tão intensamente? Em primeiro lugar, na definição de Bruner (1997), uma história consiste em uma narrativa na qual a matéria básica é a intencionalidade humana. Alguns experimentos com crianças parecem indicar que a intenção é intuitivamente reconhecível, na verdade não é necessário nenhum exercício interpretativo mais elaborado para apreendê-la. Existem indícios, segundo o autor, de que a intencionalidade forme um sistema de categoria primitivo (comparável ao sistema kantiano de categoria de casualidade) através do qual a experiência pode ser organizada. É até mesmo possível que a intenção seja a categoria mais primitiva, o animismo infantil constitui uma evidência nesse sentido: "... eventos fisicamente causados sendo vistos como psicologicamente desejados..." (idem, p. 20).

Os tipos de histórias que existem não são ilimitados, embora as intenções o sejam, alguns teóricos apostam numa estrutura inata para elas, constituída, basicamente, pela quebra da estabilidade, seguida de uma crise e de uma compensação, havendo a possibilidade de repetição cíclica. Tal consideração, apesar de não ser unânime, é interessante por se apresentar como uma explicação possível para o fato de podermos contar histórias variando a seqüência dos eventos sem, no entanto, comprometer seu significado. A correspondência estrutural na mente do leitor permitiria então o reconhecimento da história, independentemente da ordem de sua apresentação.

Nas histórias há um duplo processo de criação: um se refere ao desenrolar da ação e seus constituintes (agentes, objetivos, situações, instrumentos), o outro estabelece a consciência dos protagonistas. O autor compõe simultaneamente uma paisagem para a ação e uma paisagem para a emoção, seduzindo o leitor, convidando-o a testemunhar os acontecimentos de uma forma especial: através da subjetividade dos personagens. Tal fato tem uma importância decisiva, pois provoca a empatia, podemos nos colocar no lugar dos personagens, sentir seus medos, suas angústias, suas alegrias ou desprezá-los por possuírem um caráter duvidoso ou uma índole ruim. O ponto crucial aqui é a integração entre a visão interior e a exterior. Na verdade, tal integração é parte da condição humana: estamos acostumados a participar de um jogo contínuo entre o que temos de mais íntimo e a realidade objetiva, nossa ação é sempre um reflexo da tensão entre aquilo que pretendemos e os fatos sob o qual vivemos. Talvez seja esse o motivo de serem tão parecidas, em termos estruturais, as histórias que contamos/escutamos no dia-a-dia e as narrativas ficcionais.

A leitura de um texto faz com que tomemos parte de um processo que envolve virtualidade e realidade: o autor, através da escrita, torna real um texto virtual, o leitor, por sua vez, resgata novamente a virtualidade do texto, muito embora tal movimento opere sobre ele uma transformação irrevogável. Entre o texto que o autor tinha em mente, que foi tornado público, e o texto que surge após a apropriação pelo leitor, não existe uma correspondência absoluta: o que o autor quis dizer, sua intenção original, perde-se com a inscrição. A escrita permite uma transcendência ao texto e o interessante passa a ser o conjunto de possíveis significados que ele pode assumir. Tal multiplicidade

de significados é reforçada através de alguns recursos usados pelos escritores ao selecionar e combinar as palavras que compõe o texto.

Segundo Jakobson (apud Bruner, 1997, p.23), a formação da linguagem leva em consideração dois eixos: o primeiro deles é o eixo vertical, da seleção das palavras. A necessidade de modificar ou conservar o significado das expressões é o que orienta a escolha nesse eixo e está claro que essa escolha depende dos objetivos do autor. A questão predominante se traduz em preservar a referência de modo literal ou usar a metáfora para criar uma espécie de renovação de sentido com a finalidade de tornar o texto estranho, restringindo a leitura automática. É interessante observar que, para Ricoeur (1976, p. 64), a metáfora traz algo novo e intraduzível a respeito da realidade, superando desta forma a função emotiva que lhe é habitualmente atribuída.

O segundo eixo é o horizontal, da combinação das palavras, sendo regido pela sintaxe. Interessa-nos, em particular, a predicação como forma relativamente simples de fazer comentários a respeito de algo. Se a frase se resume à atribuição de uma propriedade a um sujeito de uma maneira clara, sua verdade pode ser testada dentro do contexto no qual ela se insere. Contrariamente, se o sujeito e o comentário se relacionam de forma difusa, como ocorre quando se usa a metáfora, surge uma distância entre ambos, uma ambigüidade que impede que verifiquemos a validade do enunciado. Eis aí a característica predominante da linguagem literária, ela é indeterminada, não podemos apreender um único significado a partir dos seus textos, pois ela não satisfaz as exigências da referência e da predicação. Um leque de possibilidades se abre ao longo da leitura, solicitando que nós façamos escolhas orientadas pelo nosso repertório pessoal. Eco (2002, p. 12) faz uma analogia entre o texto narrativo e o bosque de Jorge Luis Borges: "...um bosque é um jardim de caminhos que se bifurcam. Mesmo quando não existem num bosque trilhas bem definidas, todos podem traçar sua própria trilha, decidindo ir para a esquerda ou para a direita de determinada árvore e, a cada árvore que encontrar, optando por esta ou aquela direção." Tornamo-nos aptos para escolher de um modo satisfatório, em função do nosso intenso contato com narrativas desde muito cedo, o que nos provê de um repertório sobre a condição humana. É como se empreendêssemos uma jornada para o desconhecido, levando uma coleção de mapas. É a procura do significado, dentre um conjunto de significados possíveis.

Como leitores, participamos da composição do texto narrativo, já que devemos preencher as lacunas provenientes tanto da ambigüidade como da incompletude que o caracteriza, o que faz com que fiquemos presos na cena narrativa e nos tornemos cúmplices dos personagens. O discurso no qual o texto narrativo está inserido, tem sobre nós o efeito de despertar a produção do texto virtual, e o faz, segundo Iser (apud Bruner, 1997, p. 27), através de três recursos fundamentais. O primeiro é a *sujeitificação*, que é a descrição da realidade através da consciência do protagonista, o segundo é a *perspectiva múltipla*, que possibilita a observação e a construção da realidade por meio de ângulos diversos. O terceiro é o *desencadeamento de pressuposições*, por meio do qual se abre um conjunto de interpretações possíveis, de significados tácitos, buscando-se um equilíbrio entre o estímulo à

liberdade interpretativa e as restrições necessárias para evitar a arbitrariedade. Por definição, uma pressuposição “... é uma proposição implícita cuja força se mantém invariável, seja a proposição explícita na qual ela está embutida verdadeira ou falsa” (idem, p.29). Existem gatilhos que as desencadeiam, projetando-as em afirmações posteriores, o que parece estar relacionado ao fluxo de pensamento de William James: “... cada pensamento nasce dono dos pensamentos que o antecederam e ‘morre sendo propriedade, transmitindo o que é percebido como seu eu a seu próprio dono posterior” (apud Sacks, 2004, p.10). Através do quadro abaixo, Bruner exemplifica alguns desses gatilhos:

Gatilho	Pressuposição
Descrições definidas:	
João viu/não viu a quimera.	Existe uma quimera.
Verbos factivos:	
João se deu/não se deu conta que estava sem dinheiro.	João estava sem dinheiro.
Verbos implicativos:	
João conseguiu/não conseguiu abrir a porta	João tentou abrir a porta.
Verbos iterativos:	
Não se pode mais conseguir chicotes de charretes.	Antigamente era possível consegui-los.

Tais gatilhos são acionados, segundo Todorov (apud Bruner, 1997, p.31-2), por transformações verbais que levam da frase expositiva e não-subjuntiva² à construção do fato psicológico. Nos exemplos abaixo podemos perceber claramente o efeito subjuntivador criado:

X comete um crime. (frase não-subjuntiva)

X poderia cometer um crime. (sujeitifica a ação e ativa um gatilho perspectivo)

X pretende cometer um crime. (intenção)

X consegue cometer um crime. (pressupõe a tentativa e deixa em aberto o modo como a ação foi realizada)

X está ávido para cometer um crime. (sujeitifica e altera a intenção da ação)

X está começando a cometer um crime. (progresso da ação)

X não está cometendo um crime. (havia a possibilidade, um desejo de cometer a ação)

² Subjuntivo: que expressa a ação ou estado denotado pelo verbo como um fato irreal, ou simplesmente possível ou desejado, ou que emite sobre o fato real um julgamento (diz-se de modo verbal) – Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

Neste ponto podemos fazer um pequeno aparte: tais recursos concedem às narrativas um papel especial no que diz respeito à Educação, uma vez que o exercício de se projetar na mente do outro e poder pressupor o que ele está sentido sob determinadas circunstâncias, é o passo inicial para combater a intolerância. Além disso, no que se refere ao ensino de Matemática, a própria aquisição do conceito pleno de número demora um tempo relativamente grande para ser obtida, porque depende do desenvolvimento de atividades relacionais e classificatórias praticadas ao longo do uso da Língua Materna. Segundo Tomasello (2003, p. 263), o número 4, por exemplo, pode ser considerado como a soma $1+1+1+1$, onde simultaneamente, devemos ter a perspectiva das partes que compõem a soma, assim como do todo constituído por elas. Outro exemplo é a divisão: ao dividirmos, digamos, por 5, agrupamos os itens de 5 em 5 e contamos simultaneamente os agrupamentos formados.

De volta à questão da complementaridade dos dois modos de pensamento, o paradigmático e o narrativo, algumas breves considerações merecem ser feitas. Em primeiro lugar, costuma-se associar ao primeiro a explicação, processo através do qual podemos preencher as lacunas do conhecimento. Em geral, o conhecimento de que se trata aqui é o conhecimento científico, muito embora, para o senso comum, explicar seja simplesmente garantir a compreensão de algo através da comunicação, seja o significado de um poema ou a resolução de uma equação.

Para a Ciência não interessa comunicar explicações e sim encontrá-las e é claro que existe a questão de quão satisfatória elas podem ser, o que nos remete ao problema da validade do conhecimento. Se o conhecimento do mundo físico é o resultado de um processo constante de substituição/renovação de paradigmas, então a explicação satisfatória num determinado momento, deixa de sê-lo no momento seguinte e esse processo, ao que tudo indica, não terá fim. Afinal, de acordo com o ideal da Ciência, toda a explicação deve ser explicada... Além disso, temos o problema de que os critérios para a explicação satisfatória não são externos ou independentes à concepção de Ciência que os adota, o que parece evocar a questão da auto-referência em um sistema formal. Sabemos que quando usamos a linguagem de um sistema para fazer afirmações a respeito de coisas, ao invés de simplesmente defini-las, somos conduzidos, inevitavelmente, a paradoxos (Cf. Bronowski, 1997, p. 46-54).

A explicação obedece às leis da lógica formal, ela consiste num modo de lidar com a realidade sem levar em consideração os contextos subjetivos daqueles que a constroem ou a utilizam, o que se consegue através das teorias explicativas é o estabelecimento de causas genéricas para os fatos, as quais só são aceitas depois de devidamente testadas.

Ao modo narrativo de pensamento, por sua vez, associa-se a interpretação, processo através do qual se consegue extrair sentido de algo de modo a alcançar sua compreensão. Esta "... é o resultado da organização e da contextualização de proposições essencialmente contestáveis e que não foram totalmente verificadas de uma forma disciplinada. Uma de nossas principais maneiras de fazer isto é pela narrativa: contando uma história sobre o que 'trata' alguma coisa" (Bruner, 2001, p. 92). A interpretação estará presente sempre que o fato a ser considerado envolver a análise do

contexto e a intencionalidade humana. Numa visão clássica, ela é ferramenta básica para as Ciências Humanas, assim como a explicação o é para as Ciências Naturais.

Para Bruner, explicação e interpretação são processos não-redutíveis um ao outro, a explicação não é capaz de abarcar a interpretação e vice-versa. A diferença entre eles, porém, só se torna ampla quando olhada à luz da epistemologia, na prática ela é pouco relevante, pois o nosso conhecimento parece ser híbrido.

Na perspectiva de Ricoeur (1976), a dicotomia entre a explicação e a compreensão dá lugar à dialética da explicação e da compreensão. Interpretar é todo o processo que leva da compreensão à explicação, num primeiro momento e desta a uma compreensão mais sofisticada, no momento seguinte. A compreensão, inicialmente, é a apreensão do sentido do texto como um todo, e isto é feito através de uma conjectura. Não poderia ser diferente uma vez que esse sentido não é único e, embora não existam critérios para a boa conjectura, existem procedimentos para validá-la. Quando uma interpretação é validada, o conhecimento sobre o texto é científico, uma vez que se apóia sobre a lógica da probabilidade subjetiva. Este é o primeiro movimento do processo interpretativo: da compreensão, traduzida por uma conjectura, à explicação, traduzida pela validação da mesma.

O segundo movimento, da explicação para a compreensão, ocorre através da análise estrutural do texto e permite que nos apropriemos dele: “O sentido de um texto não está por detrás do texto, mas à sua frente. Não é algo de oculto, mas algo de descoberto. O que importa compreender não é a situação inicial do discurso, mas o que aponta para um mundo possível, graças à referência não ostensiva do texto. A compreensão tem menos do que nunca a ver com o autor e a sua situação” (idem, p.99).

O que torna a apropriação particular não é a intenção do autor, eventualmente encoberta pelo texto, “... mas o projecto de um mundo, a proposição de um modo de ser no mundo, que o texto desvela diante de si mesmo...” (idem, p.106). Ricoeur apresenta um conceito precioso de interpretação, segundo o qual ela consiste num processo de revelação de novas circunstâncias no mundo, de novas formas de vida, possibilitando ao leitor uma capacidade nova de reconhecer-se a si mesmo. O leitor não se projeta no texto, contrariamente é o texto que lhe concede uma ampliação da sua capacidade de se autoprojetar, conduzindo-o assim à autocompreensão.

Em outras palavras, interpretar um texto é exercitar-se na construção de mundos possíveis encontrando um lugar para nós dentro deles. Se a Ciência é uma construção humana, como pode prescindir da interpretação? É realmente possível criar uma demonstração matemática, por exemplo, sem um ponto de vista pessoal? Se assim fosse, como poderíamos explicar as dezenas de demonstrações do Teorema de Pitágoras? Cada uma delas não é um modo particular de se olhar um mesmo enunciado geral?

Se o sujeito se funde ao objeto ao conhecê-lo, não seria impossível o ideal científico de objetividade? Nesse sentido, é importante refletirmos sobre a afirmação de Oliver Sacks, segundo a qual nossa percepção está longe de ser imparcial: “...nós nos enganamos se imaginamos que podemos ser observadores passivos, imparciais. Cada percepção, cada cena, é moldada por nós,

quer saibamos disso, quer seja essa nossa intenção ou não. Somos os diretores do filme que fazemos – mas também, em grau igual, seus sujeitos.” Somos criadores de nossas narrativas e, ao mesmo tempo, seus protagonistas. Nossa personalidade já está ali, na escolha de nossos temas, nos resultados dos nossos experimentos, na interpretação de nossas observações, na criação da Ciência, enfim.

BIBLIOGRAFIA

ABDALLA, Maria Cristina. *Bohr – O arquiteto do átomo*. São Paulo: Odysseus Editora, 2002.

BRONOWSKI, Jacob. *As origens do conhecimento e da imaginação*. 2a.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

BRUNER, Jerome. *Realidade Mentais, mundos possíveis*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

_____. *A cultura da educação*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MACHADO, Nílson J. *Matemática e língua materna: análise de uma impregnação mútua*. 2a. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

ORTEGA Y GASSET, José. *Meditações do Quixote*. São Paulo: Livro Ibero-Americano Ltda., 1967.

RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação*. Lisboa: Edições 70 Lda., 1976.

SACKS, Oliver. *A torrente da Consciência*. Folha de São Paulo, Mais!, n. 626, p. 4-10, 15 fev. 2004.

TOMASELLO, Michael. *As origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

✚ O ideal de objetividade da Ciência é realmente possível?

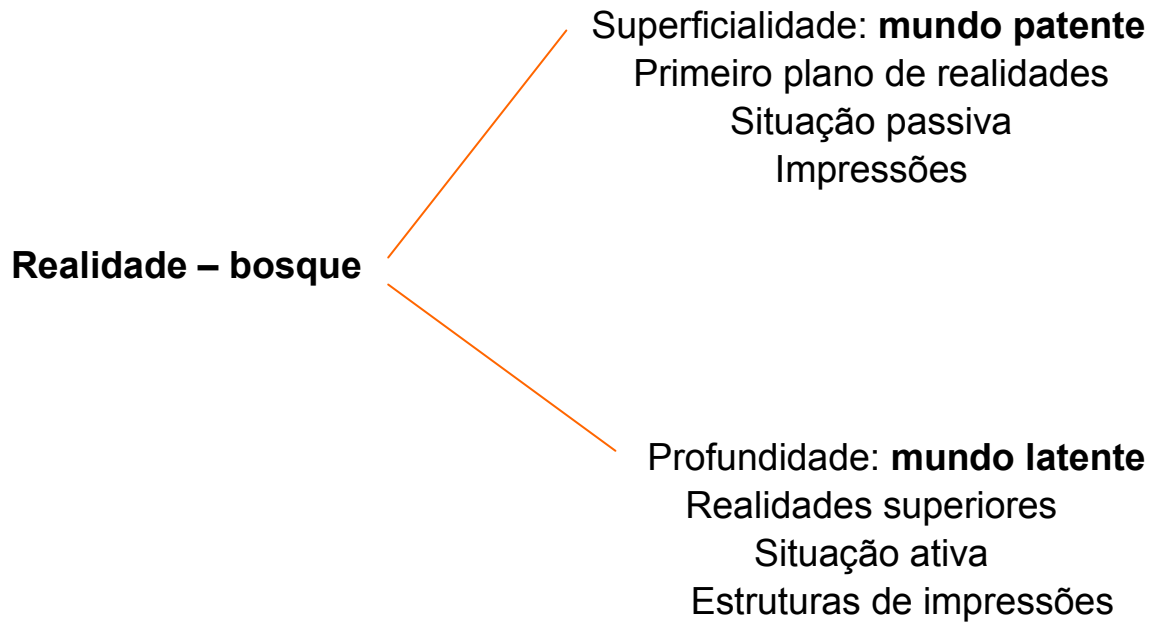
Enquanto escrevo, estou sentado num café na Sétima Avenida, observando o mundo passar. Minha atenção se volta para um lado e para outro – uma garota de vestido vermelho passa ao lado, um homem passeando com seu cachorro engraçado, o sol finalmente emergindo de trás das nuvens.

Todos esses são acontecimentos que captam a minha atenção por um momento, enquanto acontecem. Por que, entre mil percepções possíveis, são essas que eu tenho? Reflexões, memórias e associações estão por detrás delas. Pois a consciência é sempre ativa e seletiva – carregada de sentimentos e sentidos exclusivamente nossos, informando nossas escolhas e refundindo nossas percepções. Assim, não é simplesmente a Sétima Avenida que eu vejo, mas minha Sétima Avenida, marcada por minha própria identidade, meu eu.

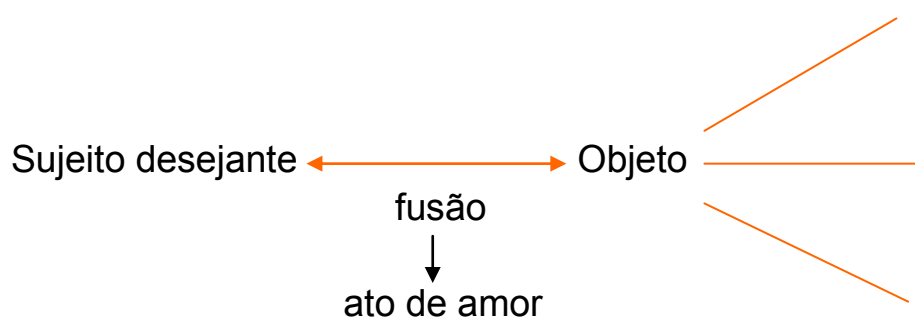
...nós nos enganamos se imaginamos que podemos ser observadores passivos, imparciais. Cada percepção, cada cena, é moldada por nós, quer saibamos disso, quer seja essa nossa intenção ou não. Somos os diretores do filme que fazemos – mas também, em grau igual, seus sujeitos.

A torrente da consciência - Oliver Sacks

A construção da realidade segundo Ortega y Gasset



As coisas e seus sentidos



A construção da realidade segundo Ortega y Gasset (A percepção)

- ✚ A realidade como bosque
 - o bosque verdadeiro é composto das árvores que não vejo
 - ele está sempre um pouco além de onde eu estou
 - sua descrição compete a mim
 - o bosque é um conjunto de possibilidades

- ✚ Mundo patente e mundo latente
 - o transmundo

- ✚ Superficialidade e profundidade
 - o escorço: órgão da profundidade visual
 - o conceito: órgão do apresamento, interliga as coisas e acaba por fixá-las e aprisioná-las.
 - o logos

- ✚ Conhecimento
 - o desejo
 - o amor: ampliação da individualidade, liga-nos ao amado e a tudo que se refere a ele, revelando seu valor.
 - a compreensão

A construção da realidade segundo Bruner (A linguagem)

- ✚ Dois modos de pensamento:
 - Modo paradigmático ou lógico-científico
 - ◆ descrição do mundo físico
 - ◆ estabelecimento de proposições gerais
 - ◆ o problema da elaboração de hipóteses: Kepler e Bohr

 - Modo narrativo
 - ◆ mundo da intersubjetividade
 - ◆ provê a experiência de um significado particular

A força das histórias

- + A intencionalidade humana
 - intuitivamente reconhecível
 - sistema de categoria primitivo

- + Tipos de histórias
 - são limitados?
 - existe uma correspondência estrutural na mente do leitor?

- + Paisagem dupla
 - panorama para a ação e a emoção
 - integração entre visão interior e exterior
 - semelhança entre as histórias que contamos no dia-a-dia e as narrativas ficcionais

- + Multiplicidade de significados
 - a seleção e a combinação das palavras
 - ◆ o uso da metáfora para tornar o texto estranho a fim de restringir a leitura automática – a reinvenção da realidade
 - a indeterminação da linguagem literária
 - ◆ conjunto de possibilidades

- + A produção do texto virtual
 - sujeitificação
 - perspectiva múltipla
 - desencadeamento de pressuposições
 - ◆ gatilhos
 - ◆ transformações verbais: a construção do fato psicológico

Explicação x Interpretação (A visão clássica)

- + Explicação
 - associa-se ao pensamento paradigmático
 - processo através do qual podemos preencher as lacunas do conhecimento (científico)
 - garantir a compreensão através da **comunicação**
 - qual é a explicação satisfatória?

- + Interpretação
 - processo através do qual extraímos sentido de algo
 - isso é realizado, principalmente, pela narrativa.

$$\frac{\text{Interpretação}}{\text{Ciências Humanas}} = \frac{\text{Explicação}}{\text{Ciências Naturais}}$$

A dialética da explicação e da compreensão (A visão de Ricoeur)

- + 1º movimento: Compreensão \longrightarrow Explicação
conjectura validação da mesma

- + 2º movimento: Explicação \longrightarrow Compreensão
análise estrutural apropriação
do texto

- + Interpretação: compreende os dois movimentos
 - processo de revelação de novas formas de ser no mundo
 - promove a autocompreensão
 - construção de mundos possíveis

- + “É o texto, com seu poder universal de desvelamento de um mundo, que fornece um Si-mesmo ao ego.”

+ Metáfora: uma interpretação da realidade (Julian Marias)

- Menina-moça: entreaberto botão, entrefechada rosa
Machado de Assis
- As mãos que dizem adeus são pássaros
Que vão morrendo lentamente.
- Sonhar é acordar-se para dentro...

Jardim interior

Todos os jardins deviam ser fechados,
com altos muros de um cinza muito pálido,
onde uma fonte
pudesse cantar
sozinha
entre o vermelho dos cravos.
O que mata um jardim não é mesmo
alguma ausência
nem o abandono...
O que mata um jardim é esse olhar vazio
de quem por eles passa indiferente.

Mário Quintana

“Estas águas que correm a meus pés soltam um brando queixume ao tropeçarem com os seixos e formam um curvo braço de cristal que cinge a raiz deste carvalho. No carvalho entrou nesse momento um verdilhão, como num palácio, a filha do rei. O verdilhão faz ouvir um grito tão denso, tão musical que parece uma centelha arrancada ao canto do rouxinol, um som breve e súbito que, num instante, invade por completo o volume perceptível do bosque. Da mesma maneira ocupa subitamente o volume de nossa consciência um latejo de dor.”

Ortega y Gasset

